



MULHERES DO MUNDO

Angela Gandra, secretária da Família de Bolsonaro, defende a vida desde a concepção e diz que “governo não é conservador, mas humano”

Filha de um conhecido jurista, ela ganhou a atenção de Damarens Alves, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, por seu posicionamento pró-vida em uma audiência que debateu no STF a descriminalização do aborto. Recém recuperada da Covid-19, aqui ela volta a se posicionar sobre a questão, diz de sua confiança no presidente e comenta fatos recentes do governo

NATACHA CORTÊZ
DE BRASÍLIA

30 ABR 2020 - 04H15 | ATUALIZADO EM 30 ABR 2020 - 04H15

A secretária nacional da Família do governo Bolsonaro, **Angela Gandra**, 59 anos, viveu na pele os sintomas mais violentos da Covid-19: "Tive pneumonia; o corpo fica esgotado e fragilizado; dores de cabeça, náuseas e febre", escreveu à *Marie Claire* já em casa e recuperada.

Por duas semanas, entre os dias 6 e 20 de abril, ela esteve internada no hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, precisou da ajuda de respiradores e passou por tratamento com azitromicina e hidroxicloroquina. Católica, "dessas que vai à missa todo dia", enquanto hospitalizada postou em suas redes sociais pedidos de oração e ressaltou que teria contraído a doença cuidando do pai, o jurista **Ives Gandra Martins**, também recuperado, e não em uma manifestação recente, como insinuou o youtuber **Felipe Neto** no Twitter. "Usaram uma foto das eleições de 2018, o que levou a brincadeiras de mau gosto. Não me sinto ofendida, mas dá tristeza ver a que ponto pode chegar a insensibilidade de alguns", continua ela, que nos recebeu em seu gabinete na Esplanada dos Ministérios na segunda quinzena de março, quando o novo coronavírus ainda não limitava os encontros presenciais.



Angela Gandra recebeu Marie Claire em sua sala, na Esplanada dos Ministérios (Foto: Luiza Herdy e Laila Varaschin)

Advogada e doutora em Filosofia do Direito, Angela representou a União dos Juristas Católicos de São Paulo em audiência de 2018 no Supremo Tribunal Federal que discutiu a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Era o debate sobre a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 442, que diz que os artigos 124 e 126 do Código Penal, elaborados em 1940, estão em conflito com a Constituição Brasileira, em vigor desde 1988. Na ocasião, ela comparou a **descriminalização da interrupção da gravidez** com um “aborto jurídico” e teria assim chamado a atenção da ministra Damares Alves, da pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos.

No dia de nossa visita, Angela nos recebeu uma hora depois do combinado, mas tinha "um motivo nobre para o atraso". Era "aniversário da ministra" e o almoço se alongou mais que o esperado. Ao fim da conversa, que tomou toda sua tarde, insistiu em nos levar conhecer a equipe da Secretaria Nacional da Família. Apresentou cada um do gabinete pelo nome e função, acrescentando um breve relato da história da pessoa no departamento. "Esta está grávida mas mesmo assim cuida de mim, esta outra acabou de voltar da licença maternidade, este tem um importante trabalho de ativismo com os indígenas." Na sala, balões de festa infantil cercavam as baias de trabalho.

Nesta entrevista, a secretária volta a se posicionar sobre a questão do aborto no Brasil e dá suas alternativas à questão de saúde pública vividas pelas brasileiras. Fala de sua confiança no Presidente da República, de sua admiração por Damares Alves e comenta fatos recentes do governo.

Marie Claire. Acabo de voltar de uma entrevista com a deputada federal Carla Zambelli (PSL) e ela comentou de seu pai.

Angela Gandra. Ele foi padrinho de casamento dela. Ela o considera um pai. A Carla, eu falo que é minha irmã.



MC. Quero começar por onde entendi que é o começo. Houve a sua representação no STF contra a ADPF 442. Como foi parar nessa audiência?

AG. A União dos Juristas Católicos de São Paulo me pediu a defesa. Na verdade, uma pessoa pediu para o meu pai defender, mas ele não quis e falou "por que a Angela não faz? É bem a área dela de direitos humanos". Eu disse "defendo", mas "sempre de um ponto de vista do que é juridicamente e antropologicamente um direito

humano. Não porque eu não tenha religião, mas porque uma sociedade plural deve debater a partir do ser humano e respeitar a crença de cada um ou, a não-crença também.

MC. E meses depois aconteceu o convite para assumir a Secretaria Nacional da Família. Como se deu isso?

AG. No final de 2018, quando a [ministra] Damares foi chamada para assumir, o Francisco [Garcia] que trabalhou na Câmara com ela lembrou da minha defesa no STF e sugeriu que me convidasse para a secretaria.

MC. Antes você estava morando nos Estados Unidos. Por que voltou ao Brasil?

AG. Sim, mudei para lá em 2013. Voltei em 2016 para ficar perto do meu pai. Achei que ele estava mais debilitado; ele tem artrite. Pessoas são valiosas na nossa vida. Então decidi voltar e me tornei sócia dele, porque era um desejo que ele tinha. Também passei a ser professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e do CEU Law School, que é uma escola de direito em São Paulo com o modelo Harvard, eles imitam exatamente Harvard.

MC. Quero entender mais sobre a sua caminhada como ativista pró-vida. Quando entendeu que deveria se colocar publicamente sobre o tema?

AG. Não sei se posso dizer que sou ativista. Sou professora e sempre lutei para que meus alunos refletissem sobre direitos humanos. Hoje posso lutar de uma forma mais ativa e tenho lutado internacionalmente, mas para reflexão, para que a gente pense em que tipo de sociedade a gente quer. A campanha que a gente fez sobre gravidez na adolescência... Quais foram as frases do nosso ministério?

MC. Anotei algumas, mas diga.

AG. As frases são "informe-se", "reflita", "pense no seu projeto de vida", "converse com a sua família". Entende? Existe um exercício humano que tu faz (sic) através da reflexão. Penso que meu ativismo vai por aí. Se o ser humano é autônomo, vai mais fundo, além do pragmatismo. Se isso se chama ativismo, sou uma ativista da reflexão humana.

MC. Quando mencionei ativista, estava falando de suas representações públicas pró-vida. A no STF e uma na câmara, as duas em 2018.

AG. Entendo. O primeiro direito humano é a vida. Nascermos dependendo e morremos dependendo. Preciso, muitas vezes, de outro ser humano para poder exercer meu direito. Logo, a sociedade tem que garantir esse direito. Eu entendi que, na hora que se discute o primeiro direito, isso do ponto de vista filosófico, tudo vai ser questionado, todos os seus direitos sociais vão ser questionados. É o que me preocupa. Que tipo de sociedade vamos ter se a gente descarta um ser humano?



Ela representou a União dos Juristas Católicos de São Paulo em audiência de 2018 no Supremo Tribunal Federal que discutiu a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação (Foto: Luiza Herdy e Laila Varaschin)

MC. Qual é seu marco para definir o início vida?

AG. Várias academias científicas definem como sendo na concepção. É o marco que considero. Porque existe todo o código genético daquela pessoa e tudo o que ela vai ser e que nunca vai ser. Ninguém é igual neste mundo. Se defino um ser humano como racional e relacional, tudo o que aquela pessoa vai exercer de inteligência, de maneira de pensar, vai ser dela, e toda a relacionalidade também. Se eu aborto uma pessoa, abortei uma série de dons que já estavam codificados no primeiro momento. Ao mesmo tempo, penso, filosoficamente, que a gente passa de potência para ato. Isso é a condição humana. Tenho várias potências que são atualizadas, mas já tenho aquelas potências - ali, no momento da concepção. Cabe a nós, como cabe a uma sociedade, dar oportunidade ou plataformas de inclusão para que as pessoas potencializem.

MC. Sobre a grávida que deseja ou precisa abortar. No Brasil, ela segue abortando clandestinamente. E tem aquela máxima "as ricas conseguem, de forma segura, e as pobres morrem". Há uma questão de saúde pública no Brasil em relação ao aborto, temos o mesmo cenário que prejudica o mesmo público há muito tempo. O que pode ser feito nesse sentido?

AG. Aí a gente não pode ser pragmático. Nós temos um problema e, muitas vezes, queremos um resultado imediato. Mas são corações que estão ali. A minha Secretaria se preocupa com relações humanas, com o amor e o fortalecimento de vínculos familiares. Agora, claro, existe uma pessoa que está sofrendo ali. Fizemos recentemente essa campanha do "Apoio à Vida" e vimos que o índice de suicídio por frustração afetiva é tremendo, suicídio pós-aborto.

MC. Quais são os números de suicídio pós-aborto no Brasil?

AG. Não se pode divulgar. E como o aborto não é legalizado no Brasil, posso dar um número que não vai refletir a realidade. E mesmo os índices de suicídio que a gente tem de outras comunidades, muitas vezes, por delicadeza, não se divulga.

MC. Mas voltando: como solucionar essa questão do aborto?

AG. Primeiro, com profundidade, não pragmaticamente. Quero ouvir os homens. Tenho amigos que não se conformam de a namorada ter abortado. "Era meu filho também, eu gostaria de ter conversado". Um amigo disse: "Vejo a marca que me deixou o aborto. Não fui eu que abortei, a minha namorada tinha 16 anos, eu queria o filho, falei que cuidava". São realidades que a gente não pode ignorar. Agora, o que eu tenho tentado com a Secretaria da Mulher? Essa campanha, por exemplo, a da gravidez na adolescência. Converse com seus pais para que alguém acompanhe seu despertar sexual. Outra alternativa é entrega legal.

MC. Adoção você diz.

AG. É. Quando estiver grávida, já procure o judiciário. Por que não entregar esse filho? Nos Estados Unidos há muitas pessoas que são frutos de entrega legal, inclusive pessoas em Harvard, o próprio Steve Jobs, ele falava "agradeço tanto a minha mãe biológica. Não conheço ela, mas agradeço onde estiver".

MC. Mas secretária, manter uma gestação indesejada e fazer uma entrega legal pode causar muita dor também.

AG. Poderia... Mas o instinto maternal é querer o melhor para o filho, não é? É um ato anti-humano e paradoxal que um ser humano decida matar o seu próprio filho. Muitas mulheres decidem por falta de informação.

MC. Ou desespero...

AG. Desespero e falta de apoio, apoio do homem, da família. Temos trabalhado também os pais para aceitarem a gravidez dos filhos.

MC. Mas os dados mostram que no Brasil a maternidade solitária é muito real.

AG. Mas é esse tipo de apoio que a gente quer dar, esse tipo de informação e fortalecimento de vínculos. Recentemente lançamos na Câmara um filme, "Human Life", que vale à pena ver. Tem aquela jogadora de vôlei, Ana Paula, que estava em pleno campeonato e engravidou. Convocou os pais para conversar. O pai falou "por que está chorando? Vamos abrir uma cerveja. Em quantas famílias hoje a morte não está batendo? Quantas pessoas estão hoje chorando porque estão perdendo um membro da família e nós estamos chorando porque a vida está batendo na nossa porta?". E ela começa a chorar no documentário e fala "quando ouvi aquilo, percebi que eu podia ter", e teve o filho.

MC. Ela teve apoio e condições, imagino. Não é o caso da maioria das brasileiras que recorrem a um aborto.

AG. Mas é isso. A gente quer formar uma população que apoia a vida, que tenha a cultura de apoiar. Não posso fazer política pública sem pensar no coração de cada um. Tem estados nos Estados Unidos em que não é permitido fazer ultrassom porque eles acham que a mãe vai perder a liberdade se ela vir o coração que está batendo dentro dela. Isso é errado, tenho que saber o que eu estou fazendo. A ignorância é o pior inimigo da liberdade.

MC. Carla Zambelli disse que tem interesse em trabalhar em um projeto que fale de prevenção através de um implante subcutâneo, ou adesivo, que poderia ser distribuído no SUS, para evitar gravidez.

AG. Me ofereceram isso também.

MC. Quem ofereceu?

AG. Laboratórios. São contratos milionários, na verdade [risos]. A indústria farmacêutica é a segunda potência depois da do petróleo, a gente percebe quanto dinheiro se ganha e quanto utilitarismo se tem, utilizando o ser humano para fins econômicos. Me ofereceram esse adesivo para crianças de 12 anos. Se eu ponho um adesivo desses, que tipo de relações eu estou multiplicando na vida dessa criança, que devia estar estudando e vai começar a ficar na cama dos outros sem ser amada? O que vai ser dessa menina aos 18? Agora, também penso na saúde dessa pessoa. É uma bomba de hormônios isso. Por que a mulher tem que sofrer desse jeito, no corpo.

MC. Dos programas da Secretaria da Família, qual a senhora tem mais estima?

AG. Estamos indo para a Ilha do Marajó [Pará] com o programa "Famílias Fortes". É de fortalecimento do regime familiar porque lá há o maior índice de pedofilia do Brasil. Os pais iniciam as filhas. Foi realmente um insight da ministra [dos Direitos Humanos] Damares. O que a chocou: as famílias vivem disso, da entrega das meninas para barqueiros. A Damares quer fazer uma revolução econômica lá, para que as famílias não precisem recorrer a isso. Eu sou uma aristotélica. O Aristóteles falava que os políticos tinham que ser filósofos porque tinham que entender o que era devido ao ser humano.

MC. Quais são os principais desafios da sua Secretaria hoje?

AG. A melhora dos vínculos familiares. A segunda coisa é trazer a família para acompanhar melhor a educação dos filhos. A gente está trabalhando junto com o MEC no homeschooling [educação em casa]. A gente não está trazendo essa pauta como um sistema educativo porque não cabe a nós, mas como um direito dos pais. Nos Estados Unidos, dá muito certo, há muito "harvardiano" que defende o homeschooling. Depois, a gente está trabalhando adoção no "Família para Todos". Há uma certa burocracia que é preciso viver para poder ter a garantia da criança, precisamos aprimorar isso. Há um outro desafio que é as visitas virtuais nas penitenciárias. Garantir que as pessoas que estão em penitenciária possam conviver com a sua família que estão longe. Estou trabalhando isso com a DPU [Defensoria Pública da União]. Depois, há uma diretoria que é voltada para o equilíbrio do trabalho em família. Esse é um grande desafio. Conseguir que a mulher e o homem possam cumprir seu papel, insubstituível no lar, e fazer sua diferença na sociedade. Dar a plataforma para que se possam realizar nos dois âmbitos, com serenidade, complementaridade, não é só mulher, não é só o homem.

MC. As famílias homoafetivas também entram nisso?

AG. Olha, a gente está tratando de famílias, tá? Só que no ministério, toda a parte de LGBT não cabe a nossa diretoria, tem uma diretoria específica para isso que está na proteção global [Secretaria Nacional de Proteção Global, que está sob o guarda-chuva do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos].

MC. Qual é o conceito de família para a Secretaria Nacional da Família?

AG. Não temos conceito. Falei desde o primeiro momento, não trabalhamos conceitualmente.

MC. Mas se o conceito não existe, como o governo vai enxergar as famílias com duas mães e dois pais, por exemplo?

AG. Temos procurado não entrar nisso porque complica nosso fim, que é o fortalecimento. Existe também o conceito constitucional, que é a família e a união estável. Juridicamente, união estável é homem e mulher. Como temos também a decisão do STF, temos que estar dentro da legislação do país, porque a gente trabalha dentro de um Estado democrático de Direito, certo? Mas, em princípio, a família é a família natural. Em princípio. Agora, família natural a gente pode considerar todas essas famílias que se concebem a partir de uma relação de amor. Dá pra entender?

MC. Na verdade, não ficou claro o conceito de família para a Secretaria.

AG. Se eu fosse professora, falaria de uma forma, mas como estou no governo tenho que seguir os padrões do país. E os próprios padrões do país são conflitivos.

MC. Este é um tempo na política em que as redes sociais são muito usadas para eleitos e funcionários públicos. Você tem esse hábito também. Por que é importante essa comunicação direta com a população?

AG. A gente tem que falar através das mídias sociais porque a TV não está do nosso lado, a imprensa em geral também não. Às vezes as pessoas falam "governo conservador", eu sou humana, não sou conservadora nem progressista. Hoje foi aniversário da Damares. Teve um almoço. Ela chegou lá, e no ministério trabalham vários deficientes. Ela falou "não vou subir, eu vou ficar com eles aqui porque a gente tinha que ter pensado nisso da acessibilidade". E ela sentou lá embaixo e ficou com as pessoas que não subiram. Ela brincou de levar as pessoas no colo. O presidente, coitado, a mídia acaba com ele. Ele é um homem espetacular. O governo não é conservador, mas humano. Nosso desafio é para conceder a cada ser humano tudo que lhe é devido. Isso é justiça social também.

MC. Quem seria uma mulher na política, atuante ou não mais, que você admira?

AG. Damares. A mídia às vezes destrói a imagem dela, mas se tu convive com a Damares, é impressionante ver a preocupação que ela tem. Ela está no lugar certo, é um dos corações mais humanos que conheci. Pode estar com enxaqueca, cansada, ela trabalha na madrugada sorrindo. Não tem tempo ruim com a Damares. E a gente tem problemas aqui que, de vez em quando, eu não durmo, é pra chorar, tem pedofilia com bebê, cada coisa que você fala "meu Deus, onde a gente chegou". Não vejo a Damares atacando as pessoas.



Angela é filha do jurista Ives Gandra Martins e irmã de Ives Gandra Martins Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 1999 (Foto: Luiza Herdy e Laila Varaschin)

MC. Sobre o presidente, a quem você já elogiou, há alguma coisa que ele defenda, algum posicionamento que você vai contra? Por exemplo: a liberação de armas.

AG. Entendo os pontos de vista dele, que tem muito mais dados do que tenho, então eu confio. Jamais falaria mal do presidente, aqui trabalhamos com lealdade. Confio no presidente não só porque é o presidente, mas porque vejo uma retidão nele. Como vejo no coração de Damares. Quando fui o conhecendo, como pessoa, um homem humilde, um homem que não quer ostentar, brincalhão e carinhoso. Não está preocupado com a imagem, se você ligar no Facetime ele aparece de pijama. Está lá com a Michelle [Bolsonaro], a Michelle é super simples, é impressionante ver como é simples.

MC. Sobre a saída de Sergio Moro: como você vê as acusações feitas pelo ex-ministro em relação ao presidente na ocasião?

AG. Penso que, embora o ministro Sergio Moro tenha feito um grande trabalho na luta contra a corrupção, o meio que utilizou para deixar um cargo de confiança não foi correto. Gerou uma crise política e econômica imprópria para um momento em que é tão necessária a união para salvar vidas em todos os sentidos. Acusações públicas são sérias. A precipitação, a meu ver, sem o suficiente diálogo, em um momento de crise ocasionada pela pandemia e explorada pela mídia, retirou o foco do essencial para o bem comum. A verdade deve ser buscada em sua totalidade, com serenidade.

MC. Você passou duas semanas internada por causa da Covid-19. Em uma entrevista à revista Veja disse que chegou a pensar que poderia morrer. O que aprendeu com a doença?

AG. Foi um momento bastante difícil. O vírus é realmente forte. Toda dor humana é um aprendizado de humildade. O exemplo de entrega dos profissionais que vi no hospital me ajudou a refletir. E depois teve meu pai, que ficou quase quarenta dias internado [ele contraiu Covid-19 já no hospital quando tratava artite]. Lutou como um guerreiro, apesar dos 85 anos. Isso também me inspirou.

MC. Jair Bolsonaro trocou alguns ministros desde o início de seu governo. Como essa instabilidade nos cargos de ministros e secretários reflete no dia dia do trabalho de sua Secretaria?

AG. A experiência que tive com o presidente até agora é que ele está aberto ao diálogo, deseja o bem da nação, tem uma vida sóbria e preza valores como a família. Com relação à sua equipe, aprecia especialmente a lealdade, que pressupõe tantas outras virtudes, como a capacidade de ouvir, de expor, de divergir. Penso que estamos unidos por um mesmo ideal.

MC. Você e a primeira dama chegaram a trabalhar juntas?

AG. Sim, no [programa] "Doenças Raras". Nunca esqueço do dia da apresentação na Câmara, tinha aquelas criancinhas com doenças raras, ela chegou e todo mundo querendo tirar fotografia com ela. Eu gostaria que as pessoas pudessem ver fora desse embate da mídia quem são essas pessoas de verdade. Nunca pensei em entrar no governo...

MC. E por que aceitou entrar?

AG. Meu pai foi chamado para ser ministro algumas vezes. Meu irmão também [Ives Gandra da Silva Martins Filho é ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde 1999]. Mas meu pai nunca formou a gente para desejar um cargo. Ele falava: "tu tem que servir a sociedade, tu recebeu mais do que outras pessoas receberam". Quando fui chamada para o governo, falou: "Não quero que vá. Tu é livre, sempre falou o que pensava e te formei na liberdade". Lembro que chorei muito, não sabia se ia ou não, daí falei: "Não, é uma missão".

MC. Você cita bastante seu pai.

AG. Sou louca por ele. Meu pai é o meu melhor amigo. E me ensinou a receber muito bem os jornalistas.

MC. Você não teve filhos ou casou. Nunca quis isso?

AG. Meu caminho não era esse. E, é interessante, penso que a maternidade para uma mulher não é um destino biológico, mas antropológico. Sempre pedi que eu tivesse esse amor desinteressado pelas pessoas, que nunca uma pessoa fosse um meio para um fim meu. Que eu pudesse me entregar aos meus alunos, fiz muito por eles, fiz muito por populações carentes, viajei o mundo trabalhando com isso. E nunca por dinheiro, dinheiro não me move. Se tivesse casado, tivesse filhos, não teria tido toda a liberdade de amar o mundo como amo.

MC. Qual é o seu maior medo?

AG. De não amar tudo. Dez anos atrás tive câncer de mama. Uma pessoa me perguntou se eu tinha medo de morrer e falei: "Não tenho, mas tenho medo de não ter amado tudo o que podia nessa vida". E todos os dias, à noite, penso nisso. Será que teve alguém que passou por mim que não tive a delicadeza, que passou invisível? Quero deixar uma marca de amor. Esse desafio na [secretaria da] Família é um desafio do amor.